

**- XCIX -****POR QUE CONSTRUIR CANAIS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR PARA O CONTROLE SOCIAL DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL?****Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos**

UFPA

tefam@ufpa.br

**Introdução**

Trata-se de texto oriundo de estudos e pesquisas realizadas no estado do Pará no Brasil, no período de 2005 a 2017, por meio de um referencial teórico-metodológico baseado no materialismo histórico-dialético e se destina a ampliar interlocuções com aqueles que militam na educação e que compartilham das lutas pela melhoria da educação básica que se tem no Brasil e à sociedade em geral. Para tanto, apresentamos alguns elementos para mobilizar o debate tão necessário para o avanço na produção do conhecimento na área temática das políticas públicas educacionais e, sobretudo de sua gestão. Inicia-se com uma indagação: Por que construir canais de participação popular para o controle social das instituições de educação básica no Brasil, já que existem as instituições do Estado com tal competência. É possível numa formação social capitalista, a sociedade civil controlar as ações públicas ou do próprio capital?

**Discussão**

Para início de conversa, controle social pode ser compreendido como a participação da sociedade na formulação, no acompanhamento e verificação das ações da gestão pública na execução de suas políticas, avaliando seus objetivos, processos e efeitos, para o exercício efetivo de cidadania (SANTOS, 2009). Será que é por esta via de participação popular que se pode vislumbrar a possibilidade de democratização da gestão e construção de uma nova sociedade, como uma transição possível, pergunta-se?

## Principais resultados

Do conjunto das análises realizadas pode-se inferir que, apesar da existência de um considerável arcabouço jurídico de sustentação para a garantia do “controle social” por parte da sociedade civil organizada, muito pouco se tem concretizado no Brasil. Mesmo o controle “técnico”, “burocrático”, os quais não se percebem como separados ou diferentes, mas como parte de um todo, já exercido pelo Estado, por intermédio de suas instâncias oficiais e específicas tem-se se mostrado ineficaz e frouxo. Se desenvolvidos com seriedade, responsabilidade, ética e transparência poderão contribuir para que a sociedade possa exercer o controle social. Os serviços públicos, de uma maneira geral, nunca estiveram tão desmoralizados como nos tempos atuais, ninguém acredita mais nas instituições públicas nem ao menos nos discursos oficiais, embora as eleições não reflitam este quadro.

Ao lado disso, precisa-se considerar que o atendimento privado também fica a desejar, apesar do controle do Estado, por meio de suas regulações. Daí considerarmos ideológica a defesa do privado como modelo gerencial para o público, embora se entenda não se resumir a isto, mas decorrente de múltiplas determinações estruturais. Apesar deste cenário perverso, precisamos desvelar os elementos constitutivos, determinações estruturais e conjunturais que emolduram a triste realidade brasileira, mostrando a conformação do Estado brasileiro burguês e que as saídas passam pela construção de nova realidade a partir da organização dos cidadãos para forjarem o novo, pois precisamos continuar a fazer as cobranças pontuais de políticas públicas eficazes e democráticas, por meio de diferentes espaços de representação dos cidadãos. Entretanto, o mais importante é construirmos coletivamente a travessia para o rompimento com este tipo de sociedade desigual e excludente existente, a qual exigirá uma luta organizada constante. Tem-se consciência que neste Estado burguês em que vivemos não há espaço para o amplo controle social pela sociedade organizada, via participação qualificada. A situação de precariedades apresentadas neste texto, não é decorrente de desvios ou disfuncionalidades de qualquer natureza, mas decorrentes da própria estrutura da sociedade do capital, em suas múltiplas determinações. O que podemos ter é uma organização melhor de instâncias representativas da população como um caminho para as transformações, como um dos instrumentos importantes para o rompimento e superação das bases fundantes do capital - a transição para se contrapor ao controle do capital. Crer-se que pela via da participação social nos Conselhos gestores da educação e de outros espaços políticos organizados que podemos vislumbrar saídas (CORREIA, M. V, 2002). Ao lado disso, por meio da criação e/ou fortalecimento de eleições diretas livres para diretores escolares; pela preparação de conselheiros em todas as instâncias; pela instituição de governos ou centros estudantis dentro das escolas, dentre outros.

Necessita-se organizar, envolver e articular de uma maneira nova a luta social com a luta política, porque as forças hegemônicas certamente que já têm propostas de superação da crise para a permanência do capital, como se vem observando em diferentes momentos, como nos colossais aportes de recursos públicos ao setor privado, as discussões dos “homens de negócio” no Fórum econômico mundial de Davos, realizado em janeiro de 2009. É possível que a configuração do capital poderá vir em outros moldes. Ainda que não seja possível o controle mais amplo do Estado, será a luta pelo fortalecimento do controle social das ações do Estado e dos fundos públicos que poderá servir como uma das possibilidades para a travessia para outro projeto de sociedade que tenha como foco primordial o homem. Se há algo de positivo na crise mundial atual foi o de desnudar a onipotência do mercado para a vida nesta sociedade do capital.

Os caminhos são longos, tortuosos, obscuros e penosos para o cidadão comum conseguir um atendimento por parte do serviço público. Tem sido assim historicamente, apesar de alguns pequenos avanços nos últimos anos, em decorrência de lutas travadas, especialmente pelos movimentos sociais organizados. Quem de nós não tem um caso a relatar de descompromisso, desinteresse e negligência dos “servidores” públicos? São manifestações doentias da burocracia (esta entendida como um valor em si mesma), que eu denominaria de burocratismo, porque a burocracia no Estado moderno caracteriza-se como um sistema de dominação e é necessária. O quadro exposto, ao que parece, tem contribuído para a disseminação do descrédito do “público” como inoperante, ineficiente, pesado. Daí a necessidade de procurar-se desvelar seus elementos constitutivos, determinações estruturais e conjunturais nos quais se descortinam

### **Considerações finais**

Sabe-se que a própria estrutura do Estado concorre para o desenho desse cenário, quase sempre impermeável à participação ativa do cidadão. Governantes e parlamentares (poder político) mantêm em geral relações de apadrinhamento, de tutela, de favor, de clientelismo num processo perverso de troca desigual com os cidadãos para aqueles permanecerem na condição de mando e dominação. Isto se pode dizer que é parte de uma tradição autoritária do Brasil. Mas, se a sociedade conseguir se organizar para participar dos diversos colegiados existentes poderá de algum modo concorrer para a construção de novas possibilidades de vida em sociedade. Apesar dos gestores públicos terem acesso a uma gama significativa de informações privilegiadas, em geral, não as repassam para a sociedade como a democracia exige ou pelas próprias salvaguardas técnicas, manifestas num dialeto pouco compreensível para quem não possui o domínio na matéria específica. Além de alguns problemas do “público” apresentados, não podemos dizer que no Brasil temos um serviço privado de qualidade no geral, a servir de referência, pois se considerar, por exemplo, o

atendimento em termos de telefonia, sistema de transporte, água e muitos outros (todos privatizados em nome da qualidade e eficiência) funcionam tão ou até mais precariamente do que muitos públicos. Daí a persistência nesta conversa impenitente em defesa do espaço público estatal, como um caminho, cuja sustentação poderá advir com a organização efetiva da sociedade civil.

**Palavras-chave:** educação básica, participação, controle social

### Referencias

SANTOS, Terezinha. Políticas da Educação Superior no Brasil – velhos temas e novos desafios” São Paulo: Editora Xamã, 2009. p. 109-126

CORREIA, M. V. Que Controle Social na política de Assistência Social? In Revista Serviço Sociedade, n° 72 :2002